

# A COMUNICAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO: DISPUTAS DE ENQUADRAMENTO SOBRE OS DIREITOS DOS ANIMAIS NO BRASIL<sup>1</sup>

*COMUNICACIÓN PARA EL RECONOCIMIENTO:  
DISPUTAS DE ENQUADRE SOBRE LOS DERECHOS  
DE LOS ANIMALES EN BRASIL*

*THE COMMUNICATION FOR RECOGNITION:  
FRAME CONTESTS ABOUT ANIMAL RIGHTS IN  
BRAZIL*

*Recebido em: 7 ago. 2015*

*Aceito em: 29 set. 2015*

<sup>1</sup> Versão revisada e ampliada do trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015. Os resultados discutidos nesse paper fazem parte da pesquisa Mapeamento e repertório do ativismo digital brasileiro, financiado pelo CNPq.

**Kelly Prudêncio:** Universidade Federal do Paraná (Curitiba-PR, Brasil).  
Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Coordena o grupo de pesquisa Comunicação e Mobilização Política.  
**Contato:** [kellyprudencio@ufpr.br](mailto:kellyprudencio@ufpr.br)

**Camila Carbornar:** Universidade Federal do Paraná (Curitiba-PR, Brasil).  
Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do grupo Comunicação e Mobilização Política.  
**Contato:** [camilacarbornars@gmail.com](mailto:camilacarbornars@gmail.com)

## RESUMO

Entre os diferentes grupos de defesa animal há um segmento crescente no Brasil, que são aqueles grupos que se autodenominam abolicionistas. Eles formam parte do movimento pelos direitos dos animais e defendem que a relação que existe entre os homens e os animais é cruel e injusta. Ao apresentar publicamente a questão, está posta uma luta por reconhecimento por parte desses grupos. Para que o reconhecimento seja alcançado, os grupos lançam mão de uma mobilização política como estratégia comunicativa. O artigo tem como objetivos situar a comunicação do movimento na teoria do reconhecimento e verificar quais são os sentidos interpretativos de debate lançados sobre a questão animal por quatro grupos selecionados em seus espaços na internet. A metodologia empregada é a análise de alinhamento de quadros. Como resultado, constata-se que os quadros mais salientes de disputa de sentido são “abolição agora” versus “abolição gradativa” e que a comunicação tida como mais coerente nem sempre é a mais efetiva e que o reconhecimento é reivindicado não apenas para os animais, como também aos seus defensores.

**PALAVRAS-CHAVES:** Comunicação; Reconhecimento; Direitos dos animais; Análise de enquadramento.

## RESUMEN

Entre los diferentes grupos de animales hay un segmento creciente en Brasil, que son los grupos que se hacen llamar los abolicionistas. Forman parte del movimiento por los derechos de los animales y argumentan que la relación entre el hombre y los animales es cruel e injusto. Presentar públicamente la cuestión se puso como una lucha por el reconocimiento por estos grupos. Para que el reconocimiento se logra, los grupos hacen de la movilización política una estrategia comunicativa. El artículo tiene como objetivo situar la comunicación del movimiento en la teoría de reconocimiento y ver cuáles son los sentidos del debate interpretativo lanzado en temas de los animales por cuatro grupos seleccionados en sus sitios en Internet. La metodología es las tramas de análisis de alineación de marcos. Como resultado, parece que los marcos más salientes de significado son “abolición ahora” frente a “supresión gradual” y que la comunicación vista como más coherente no siempre es la más eficaz, y el reconocimiento se reclama no sólo a los animales, sino también a sus partidarios.

**PALABRAS-CHAVES:** Comunicación; Reconocimiento; Derechos animales; Análisis de marcos.

## ABSTRACT

Among the several animal rights groups there is a growing segment in Brazil, which groups are called by themselves abolitionists. They form part of the movement for animal rights and argue that the relationship between men and animals is cruel and unfair. To make this question public, these groups are engaged in a struggle for recognition. In order to achieve such recognition, the groups resort to political mobilization as a communicative strategy. This article aims to situate the communication of the movement in the recognition theory and check which are the interpretive meanings of debate on animal issues launched by four selected groups in their sites on Internet. The methodology used is the frames alignment analysis. As a result, it could be noted that the salient frame of meaning dispute are “abolition now” versus “gradual abolition” and the information considered to be more consistent is not always the most effective, and the required recognition is not only to the animal but also to their advocators.

**KEYWORDS:** Communication; Recognition; Animal Rights; Frame Analysis.

## INTRODUÇÃO

Entre os grupos de defesa dos animais existe uma diversidade de causas e formas de ação. Enquanto a maioria se volta para a denúncia de maus tratos e pela adoção de animais domésticos abandonados, há um segmento em crescimento no Brasil, que são aqueles que se autodenominam abolicionistas e formam uma parte do movimento pelos direitos dos animais, ou direitos animais, como colocam. A abolição animal está relacionada à libertação de maneira ampla e se volta para o combate do uso de animais em pesquisas, da comercialização de animais para vestuário e consumo humano, daí sua ligação com o veganismo, cujos adeptos não consomem qualquer alimento de origem animal. Segundo Francione (2013), está em discussão a condição dos animais como seres sencientes (capacidade de sentir dor conscientemente), o que insere uma questão moral na existência animal. Por tratar de uma questão moral, o esforço desses grupos é justamente apresentar publicamente a relação existente entre homens e animais como cruel e injusta, o que implica numa luta por reconhecimento.

Um mapeamento feito para a pesquisa, obedecendo ao critério do grupo se considerar abolicionista – a fim de descartar a infinidade de grupos que atuam na defesa animal, com o bem-estarismo<sup>2</sup> e em causas animais específicas – localizou 28 organizações, muitas delas presentes em mais de uma cidade, com mais de um núcleo (o que faz o número ultrapassar 50), que existem com o propósito de difundir os direitos animais e de alcançar a abolição animal.

Essa difusão é realizada através do que chamaremos de alinhamento de quadros, com base na teoria dos processos políticos (TARROW, 2009; SNOW & BENFORD, 2000; SNOW ET AL., 1986). Essa perspectiva considera as estruturas de mobilização, oportunidades políticas e processos de enquadramento das ações coletivas. Dentro dos limites desse texto trataremos apenas do aspecto do enquadramento, uma vez que o foco é como uma disputa interna entre diferentes perspectivas sobre o problema compõe a luta por reconhecimento dos direitos animais e de seus defensores.

Dentre as organizações localizadas, selecionamos para este estudo o Instituto Nina Rosa, o Movimento Não Mate, a SVB (Sociedade Vegetariana Brasileira) e o grupo VEDDAS (Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade). O critério de escolha é a diversidade de repertório e a proximidade dos grupos (todos atuantes em São Paulo). O corpus de análise é constituído pelos materiais *online* dos grupos. Um elemento que será analisado é o confronto entre a SVB e grupos com perspectivas de atuação diferente, como o VEDDAS, que levou a criação da página chamada “A SVB não me representa”. Do confronto se percebe a disputa de quadros “abolição agora” *versus* “abolição gradativa”.

Com isso, discute-se a luta por reconhecimento dos grupos do movimento dos direitos animais: ainda que a reivindicação do reconhecimento seja para os animais a discussão sobre o objeto da luta reivindica também o reconhecimento para os seus defensores e seu estilo de vida ligado ao veganismo.

O artigo faz então uma reflexão sobre a comunicação do movimento em questão, entendendo-a como o processo que articula a luta por

<sup>2</sup> O bem-estar animal não é contrário à *utilização* dos animais, mas ao *tratamento* a eles destinado. Abolicionistas (FRANCIONE, 2013) vêem problemas do bem-estarismo, sendo dois deles o maior valor legal sobre a propriedade do que sobre o tratamento destinado à ela, e a variação da noção de “sofrimento desnecessário”, que varia segundo o juízo dos proprietários e os usos e costumes culturais embutidos nessas leis.

reconhecimento dos direitos animais (pelos seus defensores veganos) com o trabalho de enquadramento dos significados em disputa. Nesse sentido, espera-se que os quadros mais contundentes promovam mais reconhecimento, mas o que se verificou foi que a comunicação mais exitosa com a sociedade é realizada pelos grupos cujo apelo ao veganismo é negociado, como mostrará a análise de alinhamento de quadros.

### A DEFESA DOS ANIMAIS: REPERTÓRIOS E QUADROS

Num caminho que começa no século XIX na Inglaterra, passa pelos Estados Unidos e chega posteriormente à América Latina, o movimento pelos direitos animais chega ao Brasil nos anos 2000. As preocupações se reúnem numa pauta única, que exprime a complexidade de uma questão cheia de pormenores: a abolição da exploração animal, ou seja, do *status* de propriedade do animal. Entendendo que os animais possuem senciência (capacidade de sentir dor conscientemente) – que é o que em determinada instância faz todos os seres humanos terem direitos – os adeptos desse grupo pensam nos interesses dos animais em bem viver as suas vidas, com liberdade (FRANCIONE, 2013). São esses interesses, então, que pretendem zelar com a abolição do uso animal.

O termo “direitos animais” faz um paralelo linguístico com o termo “direitos humanos” e explicita o pensamento de que os animais possuem o direito básico de não serem tratados como propriedade, assim como os seres humanos. Isso com base na característica comum aos animais e aos humanos, que têm um interesse moralmente significativo em não sofrer de jeito nenhum (*ibid.*). Para agir de modo coerente com a convicção de abolição de *status* dos animais enquanto propriedade, o veganismo (filosofia de vida sem usos de produtos que envolvem animais no seu processo, na sua composição ou tem animais como produto final) é adotado como base necessária (FRANCIONE<sup>3</sup> *apud* WRENN, 2012). A partir dessa necessidade, tanto os membros do movimento são veganos, quanto o veganismo é algo difundido por ele<sup>4</sup>.

Os grupos que lutam pelos direitos animais atuam de diversas maneiras: somadas, formam o repertório da mobilização. Tilly<sup>5</sup> (*apud* TARROW, 2009: 51) define repertório de confronto como o conjunto de rotinas compartilhadas e realizadas, e como “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados”.

O repertório do movimento dos direitos animais é composto por manifestações, protestos, atos públicos, intervenções urbanas ou educativas para crianças, oficinas de arte gratuitas, produção de material (gráfico e audiovisual) de livre reprodução, projeções em espaços públicos, campanhas pelos direitos animais (via rede social e meios impressos), palestras, programa de rádio, cursos educadores humanitários, discussões teórico-literárias, panfletagem, petição, colagem de cartazes, ação direta não violenta, denúncias, diálogo com o poder político, diálogo com instituições de ensino, elaboração de projetos de lei, exibição de filmes, biblioteca itinerante, eventos de culinária vegetariana estrita, diálogo com empreendedores para implantação de opções veganas, ciberativismo, “terrorismo midiático”<sup>6</sup>, assessoria aos que estão ingressando no veganismo ou a ONGs de proteção, oficinas de capacitação e “vegness”<sup>7</sup>.

<sup>3</sup> FRANCIONE, Gary. 2009.

<sup>4</sup> Adiante será possível observar que nem todos os defensores da causa são veganos; alguns são vegetarianos ou ovolactovegetarianos. Será este justamente o pomo da discórdia entre os grupos.

<sup>5</sup> TILLY, C. 1992.

<sup>6</sup> Descrita pelo grupo que o mencionou como “várias ações comunicativas para expor conceitos do movimento”.

<sup>7</sup> Vegness são picnics veganos. São momentos de descontração dos grupos em que os seus membros e outros convidados têm como fortalecimento do vínculo interno.

As disputas internas pelo sentido interpretativo do debate serão observadas, por meio dos materiais *online* dos grupos, que constituem o *corpus* de análise. Foram escolhidas quatro organizações do movimento dos direitos animais, segundo os critérios de proximidade geográfica e diversidade de repertório. Os quatro grupos escolhidos são de São Paulo – SP. Seguem breves apresentações, retiradas dos respectivos *sites*:

1) Instituto Nina Rosa – projetos de amor à vida: fundado em 2000, quando sua fundadora, Nina Rosa Jacob, sentiu a necessidade de difundir a educação baseada em valores positivos, para resgatar a relação homem-ambiente. Dedicar-se a produzir material educativo e realizar cursos e palestras para ampliar a consciência humana, contribuindo, assim, para a formação de uma sociedade mais justa e pacífica. Atualmente, a ONG está focada em expandir a Educação Humanitária para todo o Brasil.<sup>8</sup>

2) Movimento Não Mate: fundado em 2009, se espalhou de forma autônoma por diversas cidades do Brasil e exterior. As ações do projeto promovem o debate sobre os direitos animais por meio de intervenções urbanas, oficinas de arte gratuitas e produção gráfica e audiovisual de uso livre.<sup>9</sup>

3) SVB (Sociedade Vegetariana Brasileira): fundada em 2003, atua promovendo o vegetarianismo como uma opção alimentar ética, saudável e sustentável. Através de campanhas, convênios, eventos, pesquisa, educação e atuação política, a SVB realiza conscientização a respeito dos benefícios do vegetarianismo e trabalha para aumentar o acesso da população a produtos e serviços vegetarianos.<sup>10</sup>

4) VEDDAS (Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade): fundado em 2006, trabalha para promover a defesa dos direitos animais e difundir os argumentos em favor de uma alimentação e estilo de vida livres da exploração de seres sencientes. Um estilo de vida que contemple essa atitude de respeito a outros seres afeta diretamente a sociedade humana, uma vez que o respeito pelos direitos dos animais não-humanos está intimamente relacionado ao respeito pelos direitos dos animais humanos. Ademais, a adoção de uma dieta vegetariana implica numa melhora da qualidade de vida e garante o futuro do nosso planeta para os animais humanos e não-humanos. [...] Nossa atuação abrange desde a produção de materiais informativos até a promoção de campanhas, protestos, eventos e outras ações educativas.<sup>11</sup>

O Instituto Nina Rosa é o que apresenta um quadro mais abrangente da luta pelos direitos animais, envolvendo ações de proteção contra maus tratos e adoção animal (princípio da solidariedade); no site o que chama de “educação humanitária”, metodologia que complementa a educação formal, é destacado como a proposta do grupo para o combate a uma cultura de violência contra animais, para o “despertar da compaixão, solidariedade e ética, contribuindo para uma sociedade mais justa e pacífica”. Difunde esses pressupostos em material didático (livros e DVDs). Estar vivo é uma enorme responsabilidade. A cada minuto estamos fazendo escolhas que interferem diretamente na vida de outros seres que habitam este planeta. Se essa interferência é positiva ou negativa, depende somente de nós. Uma nova consciência requer a **abolição de todas as formas de exploração** e também a coragem de deixar que somente a compaixão nos conduza. Esse sentimento é inerente a todos os seres humanos. (grifo nosso)<sup>12</sup>

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br/site/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.naomate.org/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.svb.org.br/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://veddas.org.br/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.institutoninarosa.org.br/site/exploracao-animal/>. Acesso em 29 de mar. 2015.

O Movimento Não Mate trabalha com o quadro da “vivificação” como significado para a abolição. O sentido é explicitado como “não prender, não torturar, não engaiolar, não acorrentar, não adestrar, não isolar, não paralisar, não testar, não pescar, não montar, não expor”. Difunde esses princípios em oficinas de arte urbana.

Tudo aquilo que diminui a possibilidade de viver habilmente as próprias potencialidades é uma mortificação. Tudo aquilo que impulsiona a plenitude de nossas potencialidades vivifica. (...) Esta é a proposta do Movimento NÃO MATE: trabalhar por aquilo que nos vivifica.(...) Liberte-se da exploração animal. Não mate!<sup>13</sup>

O grupo enquadra a abolição animal como uma escolha de salvaguardar a vida de animais inocentes e relacionam a libertação animal à libertação humana. As ações são sempre no sentido de promover uma reflexão da prática do especismo<sup>14</sup> (também do machismo, que é uma discriminação associada), questionando o sentido das práticas que envolvem o especismo por meio da exploração animal (o cartaz de Natal, por exemplo, tem a mensagem “No Natal celebra-se a vida. Não Mate”). O grupo encontrou na ação gráfica um aliado para chamar atenção para os direitos animais e promover reflexão. A execução da primeira ideia se deu de forma sucinta: um cartaz laranja, com o desenho da cabeça de uma vaca e a mensagem “Não Mate”. Qualquer pessoa interessada pode fazer o *download* do cartaz e colar onde quiser – por isso que no *site* do grupo fala que o projeto tomou proporções internacionais, porque várias pessoas de outros países, ou viajantes em outros países colaram esse cartaz em diversos lugares. Daí surgiram projetos maiores, como criação e projeção de audiovisuais, intervenções maiores e oficinas. Aí se tem outro aliado, que é a educação: o Movimento Não Mate incentiva o aprendizado e o ensinamento de técnicas artísticas, como o estêncil e projeções públicas. O grupo realiza oficinas para crianças em praças públicas e em comunidades carentes.

A SVB trabalha mais especificamente a ideia do vegetarianismo<sup>15</sup> como solução para a exploração animal, desdobrando-se nas questões saúde, ética animal, dignidade humana, meio ambiente e mercado vegetariano (para o que desenvolve um selo vegano). Participa de campanhas para difusão do princípio, possui um site mais dinâmico, no qual é possível visualizar a rede internacional. A principal campanha é Segunda Sem Carne, que será alvo de ataques de outros grupos, tem Paul McCarthey como garoto propaganda. A chamada da Segunda Sem Carne se volta “para quem não é vegetariano e quer dar o 1º passo. Empresas e prefeituras estão aderindo”.

O VEDDAS é estritamente pelo veganismo e desenvolve oficinas para “criar a oportunidade para que as pessoas dispostas a colaborar com este trabalho se organizem e possam assim fazer a diferença”.

O respeito pelos direitos dos animais não humanos está intimamente relacionado ao respeito pelos direitos dos animais humanos. (...) A adoção de uma dieta vegetariana implica numa melhora da qualidade de vida e garante o futuro do nosso planeta para os animais humanos e não humanos.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.naomate.org/#!/VIVIFIQUE-/c1wdv/9E256E32-314B-451E-92A8-17C535CDEE63>. Acesso em 29 de mar. 2015.

<sup>14</sup> O termo especismo expressa o preconceito contra animais não humanos que arbitrariamente atribui diferentes valores e níveis de valor moral. “*The species of a sentient being is no more reason to deny the protection of this basic right than race, sex, age, or sexual orientation is a reason to deny membership in the human moral community to other humans*” (FRANCIONE apud WRENN, 2012, p. 440-441).

<sup>15</sup> Enquanto o veganismo é a prática da não utilização animal em diversos aspectos (vestuário, alimentação, entretenimento, consumo de produtos), vegetarianismo se refere só à prática alimentar. O termo vegetarianismo abarca o ovolactovegetarianismo, que é o não consumo apenas de carne; o lactovegetarianismo, que é o não consumo de carne e de ovos; e o vegetarianismo estrito, que é o consumo estrito de fontes vegetais).

<sup>16</sup> Disponível em <http://veddas.org.br/sobre-o-veddas/>. Acesso em 29 de mar. 2015.

O VEDDAS tem projetos que fazem o grupo estar toda semana nas ruas. O grupo da capital de São Paulo, por exemplo, está todo final de semana na Avenida Paulista conversando com os interessados no tema ou que tiveram atenção apreendida pelas imagens da exploração animal. O grupo já organizou protestos com mais de 300 pessoas e já articulou campanhas voltadas ao Congresso Nacional com a adesão de dezenas de ONGs. Já conseguiu a remoção de mais de 100 cães de cursos que tinham a prática de vivissecção.

O quadro 01 mostra como cada grupo enquadra a abolição animal.

**QUADRO 1 – Enquadramentos predominantes da abolição animal**

Grupo	Quadro predominante
Instituto Nina Rosa	Proteção contra a exploração por solidariedade e compaixão pelos animais
SBV	Vegetarianismo estrito
Mov. Não Mate	Vivificação
VEDDAS	Libertação da exploração pelo vegetarianismo

**Organização:** as autoras.

### RECONHECIMENTO DE DIREITOS ANIMAIS OU HUMANOS?

Ao situar o movimento dos direitos animais como uma luta por reconhecimento, entende-se que a base moral ancorada no vegetarianismo estrito pode indicar duas possibilidades: a de reconhecimento para o direito animal de liberdade (abolição da condição de propriedade) e reconhecimento para o direito à escolha do tipo de alimentação humana.

De acordo com o pensamento de Honneth (2003), a luta por reconhecimento ocorre por meio de uma análise da formação da identidade prática de um indivíduo ou grupo num contexto prévio de relações de reconhecimento, em três dimensões distintas e interligadas: da esfera emotiva, da esfera jurídica-moral e da esfera da estima social. No entanto, são nas últimas duas dimensões que há estruturalmente uma tensão moral capaz de suscitar conflitos sociais, como a degradação das formas de vida e privação de direitos. O reconhecimento é tido como tentativa de explicação moral da sociedade. No caso dos grupos abolicionistas, entendemos que pela luta na esfera jurídica-moral, os grupos enquadram a injustiça pelo viés dos direitos dos animais (sofrimento, abandono, objetificação), enquanto que pela esfera da estima social, advogam o respeito para sua condição de veganos (reconhecimento como sujeitos). Assim, na medida em que o reconhecimento é reivindicado para os animais ele é também transferido para os adeptos do veganismo, que se colocam contra um forte hábito cultural.

A tese de Honneth retoma estudos de Hegel e de Mead, como o reconhecimento enquanto tentativa de explicação moral da sociedade. A premissa que impulsiona a tese é de que a identidade do sujeito se dá

<sup>17</sup> HEGEL. *System der spekulativen Philosophie*. Hamburgo: 1986. ed. cit. p. 189.

através da interação, no momento em que o indivíduo é reconhecido enquanto absoluto pelo outro. “Reconhecimento refere-se àquele passo cognitivo de uma consciência já constituída “idealmente” em totalidade efetua no momento em que ela “se reconhece como a si mesma em outra totalidade, em uma outra consciência” (HEGEL<sup>17</sup> *apud* HONNETH, 2003, p. 63). A luta por reconhecimento ocorre de maneira conflituosa, já que o conflito se apresenta como uma maneira de comunitarização social, que força o reconhecimento dos sujeitos respectivamente enquanto outros. Daí que para Honneth, a base da interação é o conflito, e sua gramática, a luta por reconhecimento.

As lutas sociais às quais Honneth se refere não são as por autoconservação ou aumento de poder, mas aqueles que se originam de uma experiência de desrespeito social, capaz de suscitar uma ação que busque o restabelecimento de relações de reconhecimento mútuo, ou desenvolvê-las em um nível superior. Aqui a se coloca uma problemática: como estabelecer uma relação de reciprocidade se os beneficiários das ações pelos direitos animais não são humanos? Como resposta, há a empatia desse grupo de humanos pelo que é considerado por eles desrespeito imposto socialmente aos animais e que, na ação comunicativa, eles tentam desconstruir, pelos esforços de busca de reconhecimento de que os animais possuem o direito básico de não serem tratados como propriedade. Já que esse reconhecimento nunca se concretizou de forma ampla, a intenção do movimento é desenvolvê-lo em um nível superior. Quanto à tentativa de reconhecimento do movimento na esfera emotiva, o respeito é advogado para a sua condição de veganos e de um coletivo social que tem a sua legitimidade. Quer até mesmo, antes disso, que as pessoas tenham conhecimento da sua existência. Retoricamente, indica um processo de formação de identidade.

Fraser (2003) trata do reconhecimento em outros termos. O terreno da ética é evitado e ao invés disso, o reconhecimento é discutido em termos de justiça social, cujo centro normativo é a paridade de participação – em vez de tratar as lutas por reconhecimento como reivindicações por ética, as trata como reivindicações por justiça. Fraser (2003) também evita tratar do reconhecimento pelo modelo padrão de identidade, na construção de uma linha de raciocínio com mais solidez, e trata do reconhecimento como uma questão de *status* social<sup>18</sup>.

Desse modo, o que exige reconhecimento não é a identidade de um grupo, mas a condição dos seus membros como parceiros na integração social; e o não reconhecimento implica na subordinação social, na privação de participar como igual na vida social. O modelo proposto por Fraser (2003) examina os padrões institucionalizados de valoração cultural em função dos seus efeitos sobre a posição dos atores sociais – portanto, o reconhecimento da perspectiva de uma minoria implica na desinstitucionalização de padrões que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam (com a ressalva de que nem todas as disparidades são por si injustas).

Pensando o reconhecimento pelos direitos animais do modo como Fraser (2003) coloca o assunto, a problemática que tinha aparecido anteriormente sobre os beneficiários da reivindicação por reconhecimento se torna ainda maior. A linha de reflexão que permite relacionar a

<sup>18</sup> Ao lado do termo *status*, usado para tratar questões do reconhecimento, está o termo *classe*, para tratar questões de redistribuição (uma dimensão que Fraser aborda ao lado de reconhecimento, e tem as duas como mutuamente irreduzíveis). Ambos os termos não são empregados com seus sentidos construídos historicamente – como local de prestígio ou relacionado aos meios de produção. Ao invés disso, representam analiticamente ordens distintas de subordinação.

reivindicação por direitos animais ao reconhecimento aqui, enquanto justiça social é mais longa.

Há dois modos aqui pensados de a justiça social dar conta da questão. O primeiro deles é de forma direta, tendo os animais no centro da questão e pensa nos animais no âmbito moral da sociedade. Seria considerar a justiça social de um modo holístico, olhando para a condição dos animais na sociedade (exploração) e levando em conta os seus interesses. Desse modo, a justiça se aplicaria a eles na forma de não exploração e então abolição do seu uso. A paridade de participação, nesse caso, levaria em conta o princípio da igual consideração<sup>19</sup>, na semelhança entre os animais e os humanos da sensiência, e o conseqüente direito de não ser tratado como propriedade, e iria no sentido da não exploração dos animais.

Essa primeira reflexão, no entanto, mostra um entrave: se a justiça social não for pensada de forma holística e autônoma aos interesses humanos, se for aplicada apenas para os humanos e não para relações humanas com outros seres, haveria a necessidade do reconhecimento da legitimidade da causa animal dentro da justiça social. Com o reconhecimento de tal legitimidade, a justiça social pensaria no reconhecimento. Seria o reconhecimento da amplitude da justiça social para a justiça social pensar no reconhecimento animal. É como pensar que para que se chegue ao reconhecimento, deve-se ter algum tipo de reconhecimento prévio, quando o último só seria adquirido com o primeiro. Ademais, caso a justiça social só possa ser considerada em termos de relações entre humanos, o reconhecimento direto dos direitos animais ganha uma complexidade ainda maior para ser filosoficamente refletido – ou é refutado.

O segundo pensamento articulado aqui pensa no reconhecimento dos direitos animais de forma indireta. Essa argumentação não discorre sobre a consideração dos animais no âmbito moral da sociedade, mas de outros elementos que fazem parte do pensamento pelos direitos animais, como aspectos sociais, econômicos, ambientais e de saúde. Dessa forma, estamos mais perto do exemplo de Fraser (2003) quanto ao estabelecimento de culturas ecológicas, e, portanto, de maior acordo com a sua argumentação.

Grupos do movimento dos direitos animais vinculam a exploração animal com a exploração humana, com uma economia negativa, com desmatamento e esgotamento de recursos naturais e com danos à saúde. Dessa forma, o que fica comprometida é a paridade de participação dos membros sociedade em geral e das suas gerações futuras. Com a paridade de participação comprometida, torna-se necessário o reconhecimento da luta e a mudança dos valores culturais que prezam produtos advindos do uso animal. Tal caminho, porém, não é completamente satisfatório ao movimento dos direitos animais, uma vez os problemas apresentados podem ser sanados por outras alternativas, que não a abolição animal.

Observando o enquadramento do movimento que direciona os seus membros enquanto veganos (e, na linha de Honneth, busca a estima social), de acordo com o raciocínio de Fraser, os padrões de valorização cultural vão claramente contra o veganismo (embora agora tenha seja possível observar uma abertura em alguns segmentos, devido à demanda e pressão do movimento). O que são institucionalizados aqui são justamente os padrões contrários ao veganismo. Embora isso aconteça, a paridade de participação aos adeptos do veganismo não é negada de forma ampla, se

<sup>19</sup> Que trata condições semelhantes semelhantemente

comparada a questões étnicas e de gênero, já que essas características ainda determinam posição social, no mercado de trabalho e na representação midiática. A não paridade de participação de veganos acontece em ocasiões bem menores, como por exemplo um militar do exército que não tem suas escolhas respeitadas pelo governo na alimentação diária fornecida pelo último.

Assim, o reconhecimento que se busca é calcado nas relações intersubjetivas entre os sujeitos envolvidos no movimento de defesa animal e a sociedade, cabendo perguntar se o respeito aos animais não é na verdade consequência do reconhecimento dos veganos como sujeitos de direitos de modos de consumo e de vida diferentes da predominante. Reconhecendo a legitimidade da demanda que pede modos diferentes de experimentação científica (uma demanda que parte também do próprio meio acadêmico), que quer o respeito da alimentação diferente da convencional em espaços de alimentação convencional (vistas à integração social e não isolamento) e a demanda de consumidores que buscam por produtos que estejam de acordo com suas convicções morais. Pensando no respeito devido a tais pessoas e ao debate que elas lançam no desacordo com estilos predominantes, chega-se à reflexão de respeito aos animais.

#### QUADROS DO RECONHECIMENTO: UMA DISPUTA INTERNA

Para entender como se dá o concurso de dois quadros na luta por reconhecimento dos direitos animais, aqui observada a partir dos quatro grupos selecionados, a seguir são apresentados os processos de alinhamento de quadros operados por cada grupo, num esforço interpretativo para inserir a defesa dos direitos animais no campo de relevância pública, resultando numa posição e num tipo de ação.

Segundo Snow *et al* (1986) os autores, existem quatro tipos de processos pelos quais os quadros a serem comunicados são alinhados (*frame alignment*): *frame bridging*, *frame amplification*, *frame extension*; *frame transformation*.

*Frame bridging* é a ligação de dois ou mais quadros congruentes, mas ideologicamente desconectados a respeito de um determinado assunto ou problema. Refere-se ao trabalho de relações públicas das mobilizações: conectar as demandas particulares de um grupo com o restante da sociedade. *Frame amplification* refere-se ao esclarecimento e fortalecimento de um quadro interpretativo sobre um determinado assunto, problema ou conjunto de eventos. É o trabalho de apresentar o argumento para além dos já mobilizados. O *frame extension* pode ser explicado pela expansão das fronteiras do quadro principal (*primary framework*) protagonizada por um grupo de forma a englobar interesses ou pontos de vistas que nem sempre correspondem aos seus objetivos primários, mas que possuem considerável relevância para potenciais adeptos. É o quadro resultante da troca argumentativa. Por fim, o *frame transformation* refere-se ao surgimento de um novo quadro que interpreta os acontecimentos e experiências em uma nova chave (PRUDÊNCIO, 2014, p. 93-94).

É possível aproximar os grupos por área de atuação e por formas de ação. Todos os grupos tocam no aspecto da alimentação vegetariana

como solução para o uso de animais, mas na SVB e no VEDDAS ele é central. Instituto Nina Rosa e Movimento Não Mate trabalham com processos educativos como solução para o problema. SVB e Instituto Nina Rosa entendem a luta por reconhecimento dos direitos animais como um processo gradativo e cumulativo. VEDDAS e Não Mate colocam a abolição animal como ruptura com uma cultura de violência.

A luta por reconhecimento dos direitos animais empreendida pelos quatro grupos coloca a questão da abolição ora mais explícita (caso do VEDDAS e Movimento Não Mate) ora mais diluída (SVB e Instituto Nina Rosa).

Os quadros passam por um processo de alinhamento sempre incompleto. Quando VEDDAS e Movimento Não Mate apresentam o grupo e a suas ações e princípios, colocam a solução para o desrespeito aos direitos animais a ruptura com uma saída única: o primeiro, ao basear-se na sciência, defende a libertação animal da exploração para qualquer uso – o que desemboca no veganismo; o segundo frisa que essa exploração é uma mortificação e propõe no seu lugar a vivificação – o veganismo é então a base ética para a luta.

Dessa forma, o alinhamento do quadro da abolição é feito por processo direto de *frame amplification*: há um fortalecimento do quadro já estabelecido no interior do grupo para os que estão fora dele. Isso fica claro, por exemplo, quando VEDDAS apresenta em seu site o objetivo de “sensibilização e conscientização do indivíduo” para “gerar uma mudança efetiva na maneira como os animais não humanos são tratados em nossa sociedade”; “busca criar a oportunidade para que as **pessoas dispostas a colaborar** com este trabalho se organizem...” (grifo nosso). Assim, o grupo pede adesão ao seu quadro, sem fazer *frame bridging*. Isso também pode ser percebido pelo tom imperativo do texto no site do Movimento Não Mate.

Por seu turno, SVB e Instituto Nina Rosa não explicitam a abolição animal de uma forma precisa. O INR coloca como prioridade o que define como Educação Humanitária para o combate à exploração animal para “inspirar o respeito” e “gerar empoderamento”. Pressupõe, portanto, um processo de construção do quadro, realizando *frame bridging*, na medida em que identifica um adversário cultural e dialoga com ele, ainda que mantenha, por *amplification*, a ideia inicial.

A SVB, ao colocar centralidade na defesa do vegetarianismo, tem um quadro menos impreciso, mas também realiza *frame bridging*: a campanha Segunda Sem Carne pressupõe um processo gradual de conversão ao vegetarianismo, entendendo que há resistência e que é preciso “emplacar” a luta. O site traz informações de diversas fontes (órgãos oficiais do governo, institutos de pesquisa) que indica, ainda que com certa timidez, um processo de *frame extension*, uma troca de argumentos que pode levar ao endosso do quadro inicial ou à sua transformação.

Percebe-se então no contexto desses grupos uma disputa entre aqueles que defendem uma abolição imediata e aqueles que defendem a abolição gradual da exploração animal. Não há nessa interação o processo de *frame transformation*, que é a mudança da chave interpretativa. Essa disputa ficou visível na campanha “A SVB não me representa”, uma reação de integrantes de diferentes grupos, principalmente alinhados ao quadro defendido pelo VEDDAS.

A campanha, com o *slogan* “experimente novos sabores”, que incentiva a introdução da alimentação vegetariana estrita gradativa, é acusada de não adotar a postura abolicionista e, além disso, fazer com que a SVB não seja um grupo abolicionista. A SVB pensa na campanha como uma forma de atingir pessoas interessadas no vegetarianismo e que querem ampliar o seu respeito aos animais, mas não estão ainda convertidas ao vegetarianismo (*frame bridging*).

Os apoiadores com visibilidade da campanha são tratados com cuidado – por um lado, a SVB não quer submetê-los a uma exposição ao falar em veganismo absoluto, em total abolição animal; por outro, se o assunto fosse tratado na forma de veganismo absoluto, talvez esses apoiadores não apoiassem a campanha, diminuindo a visibilidade da campanha. Há cuidado também com o vegetarianismo estrito implícito – a campanha é tratada em termos que parecem associados apenas ao consumo de carne, mas nenhuma receita da campanha leva outros produtos de origem animal (como ovo ou leite) e o diálogo da campanha com escolas também obedece ao termo de ser 100% livre de produtos animais.

A posição contrária à campanha, dentro do movimento, defende que ao não deixar claro o abolicionismo, ou mesmo defender apenas a diminuição do consumo de produtos de origem animal, a questão dos direitos animais não está resolvida – ao contrário, mostra-se como um prolongamento da discussão, uma vez que expõe a ideia de que apenas essa diminuição basta para os animais, enquanto eles continuam no *status* de propriedade e sendo explorados. A alimentação vegetariana estrita, bem como a interrupção do uso de produtos testados em animais ou que envolvam animais no seu processo ou na sua matéria-prima, é defendido pela posição contrária como possíveis e necessárias de acontecer agora, para qualquer pessoa.

A ambigüidade da campanha Segunda sem Carne foi grande o suficiente para suscitar discussões acerca do posicionamento da SVB. Essas discussões culminaram na criação da página “A SVB não me representa”<sup>20</sup>, uma campanha contrária ao grupo também por assumir “uma posição dietética” em relação ao tema dos direitos animais. A campanha foi lançada ao ar com o *site* em setembro de 2013 e sua última atualização foi em outubro de 2014. Foram discussões internas dentro da rede de ativistas sobre a postura do movimento que culminaram na campanha, com o intuito de refletir sobre a atuação do movimento e suas falhas e de tornar essa reflexão pública. Não é identificável na página quem foi o criador dela e o responsável pela coleta dos depoimentos. O objetivo do *site* é criar um pensamento crítico sobre o tema exposto por meio de depoimentos pessoais e textos que expressam opiniões individuais ou de organizações trazendo esclarecimento ao público vegetariano e não-vegetariano sobre alguns erros dentro do movimento vegetariano, em especial no que se refere à postura marcadamente contraditória e incongruente da Sociedade Vegetariana Brasileira.<sup>21</sup>

Para ilustrar o teor da crítica, seguem recortes do conteúdo da página:

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.svbnaomerepresenta.com/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.svbnaomerepresenta.com/>>. Acesso em: 25 de mar. 2015.

## Bruno Müller



Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A SVB não promove o vegetarianismo. A SVB não defende os animais. Embora afirme que faça a ambos. Divulga campanhas promovendo a compaixão pelos animais, mas quando confrontada sobre sua posição em relação à definição de "vegetarianismo", que implica uma dieta que mata animais, à adoção de uma política clara de promoção estrita do veganismo e assumir uma posição em relação ao abolicionismo e os direitos animais, a entidade se esquivava, sai pela tangente, descompromissa-se e apresenta-se como não mais que uma entidade dietética. Isso é fraude e um insulto à inteligência alheia!

Figura 1: Trecho do depoimento sobre a SVB. Fonte: <http://www.svbnomerepresenta.com/>.

Hoje considero que o trabalho pelos animais deve ser em favor da propagação do veganismo e da completa abolição do uso dos animais. Temos que colocar nossos esforços na educação vegana, pelo fim do uso de animais, a começar pelo veganismo em direção à abolição. Nem todos começarão com o veganismo, é verdade, cada um escolhe seus caminhos. Não sabemos ao certo o que as pessoas farão com a nossa mensagem, por isso entendo que não devemos perder a oportunidade de transmitir a mensagem abolicionista de forma integral. Qualquer coisa fora disso pode ser mais fácil de fazer, pode arrecadar mais doadores, pode ficar mais bonito nas propagandas, pode parecer mais interessante, mais conveniente, mais confortável e razoável... mas para os animais, o impacto surgirá pela propagação da abolição.

Se você acha que os animais importam, se você é vegano e quer a abolição, é a abolição que você deve promover. Simples assim. Já há muita confusão sobre o estatuto moral dos animais na sociedade, para nós, do próprio movimento animalista, nos engajamos em campanhas que geram mais problemas conceituais. Eu acho que isso precisa ser revisto urgentemente. Não acho produtivo atacar ou declarar determinada instituição como inimiga, essa é uma estratégia tão retrógrada quanto suas campanhas. Precisamos crescer, precisamos nos unir em um princípio em comum: a educação vegana pela total abolição do uso de animais para os desejos e conveniências humanas. Se não propagamos o veganismo, os direitos animais e a abolição, o que nos faz imaginar que um dia chegaremos a isso? Se você acredita ser abolicionista, precisa pensar nisso.

Figura 2: Trecho do depoimento da Bianca Dantas, ex-colaboradora da SVB. Fonte: *idem*.

"Ah, mas a gente não pode impedir as pessoas de fazerem a campanha que elas querem fazer." Essa Campanha Segunda sem Carne não será a primeira e nem a última Campanha mal desenhada, distorcida e ruim que teremos em nosso meio. O problema não é esse. O problema é o ativista abolicionista apoiar o que não é abolicionista e prejudicar os animais sencientes. O que estamos tentando fazer aqui é alertar as pessoas e chamar a responsabilidade sobre o próprio ativismo que elas fazem. Para mim tanto faz se existe uma ou dez campanhas como essa, se o ativista abolicionista não escorregar na manteiga de origem animal dela. Escorregar no ativismo é um tombo que machuca por dentro e por fora e podemos evitar isso com um pouco de senso crítico. Troque uma Campanha massiva sem nexos por uma massa vegana. Invente outros pratos deliciosos veganos e chame os seus amigos em qualquer dia da semana e fale explicitamente sobre a abolição da escravidão animal com eles. Será muito melhor para os animais do que algo massivo porém com mensagem parcial e distorcida.

Figura 3: Trecho do artigo *Campanha de Segunda*, assinado por Luis Martini. Fonte: <http://www.svbnomerepresenta.com/artigos-e-viacutedeos.html>.

Gary Francione sobre a campanha segunda sem carne:  
 "A campanha segunda sem carne é um desastre"



**Figura 4:** Vídeo da entrevista com Gary Francione, teórico dos direitos animais, realizada por George Guimarães, fundador do grupo VEDDAS. Fonte: <http://www.svbnaomerepresenta.com/artigos-e-viacutedeos.html>.

Com os processos de alinhamento, os grupos empreendem um trabalho de comunicação com a sociedade, articulando a defesa dos direitos animais a hábitos alimentares. De acordo com os autores Snow *et al*, quadros mais abertos têm maiores chances de mostrar mais efetividade, ou seja, repercutir nos públicos a que se dirigem as mensagens. Isso porque aqueles que não se alinham aos quadros oferecidos pelos grupos podem aproximar-se, o que não acontece quando um quadro é apresentado como acabado.

Assim, a incoerência denunciada pela campanha “A SVB não me representa” funciona como convite para o debate, enquanto a precisão do quadro de VEDDAS e Não Mate acaba por falar apenas aos já engajados. Isso nos faz perguntar sobre a relação entre efetividade da comunicação no contexto das disputas de enquadramento, tema que precisa de maiores aprofundamentos e que foi apenas esboçado aqui.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O concurso de quadros no qual se inserem os quatro grupos estudados mostra duas combinações: INR e MNM enquadram a luta pelo reconhecimento dos direitos animais pelo trabalho de educação para o combate da exploração animal, enquanto SVB e VEDDAS o fazem pela introdução do hábito da alimentação vegetariana. Em cada par de grupos, um entende que o reconhecimento é um processo lento e gradual e outro que existe uma necessidade de ruptura imediata.

QUADRO 2 – Quadros do reconhecimento da abolição animal

Grupo/Quadro	Vegetarianismo	Educação	Abolição já	Abolição depois
INR		X		X
MNM		X	X	
SBV	X			X
VEDDAS	X		X	

**Organização:** as autoras.

O Instituto Nina Rosa apresenta uma luta que busca as três dimensões do reconhecimento. Inclui vegetarianismo como um dos elementos, mas não se fecha nele. O reconhecimento na esfera emotiva se dá com o apelo à compaixão para com os animais, numa relação que resgataria a relação positiva entre o homem e o ambiente que o cerca. Na esfera jurídica, se volta para a disseminação do reconhecimento já reconhecido legalmente em alguns âmbitos e cidade, como a proibição de animais em circo, a criminalização do abandono de animais e aprovação de projetos de lei. Tal disseminação aliada à educação humanitária promovida para transformar a relação homem-animal, é um estímulo para que essa transformação se difunda em maior reconhecimento legal, ampliando o que já existe no reconhecimento jurídico para com os animais. É nessa esfera que está localizada a concretude do bem-estarismo e então é importante ressaltar que o INR não faz nenhuma menção ao “tratamento humanitário” dos animais, mas tem como objetivo transformar a relação. Para o reconhecimento na esfera da estima social, o INR se centra na questão da responsabilidade que é estar vivo, visto que uma pessoa é capaz de causar interferências ao seu redor, utilizando como princípio de mérito essa responsabilidade exercida, no caso a valorização da vida animal e do desenvolvimento crítico, permitido pela educação humanitária, que tem como consequência uma cultura de paz.

A SVB enquadra a luta pelo reconhecimento dos direitos animais centrada no vegetarianismo, mostrando como a alimentação convencional é agressiva aos animais, devido à forma de atuação das granjas industriais. Com a máxima industrial de produção, os animais são geneticamente modificados, confinados, mutilados, inseminados artificialmente, separados dos seus filhotes, submetidos a condições degradantes e nada naturais. A justificativa colocada pela SVB para isso é a racionalidade escravocrata de que os seres humanos têm valor instrumental para os considerados “superiores” para fazerem com o que bem entenderem com os recursos. Essa abordagem leva ao reconhecimento de que os animais não foram “feitos para os homens”, de respeito às características naturais e modo de vida naturais dos animais e reconhecimento de modos de vida integrados, com respeito à natureza e outros seres da Terra. O reconhecimento indireto para os animais também é endossado, como no reconhecimento do bom uso dos recursos ambientais (água, solo), de saúde humana e saúde social, com saliência do alto índice de trabalho escravo ser encontrado nos setores de produção animal e na distribuição igualitária de alimentos vegetais, que,

direcionado em grande quantidade para a produção de alimentos animais, poderia alimentar mais pessoas na alimentação vegetariana estrita.

Esses grupos, por apresentarem quadros mais abertos, não defendem a abolição de forma contundente, embora contemplem a ideia do vegetarianismo. Ao considerar pontos de vista diferentes, são quadros menos consistentes e mais abertos à contestação.

A ênfase na palavra “não” do Movimento Não Mate indicando recusa e ruptura, e a defesa de VEDDAS, de que a abolição só existe com o veganismo, fecham a questão para o debate. Ambos são mais coerentes com a causa da abolição, na medida em que apresentam argumentos mais coerentes. Mas ao não realizarem o processo de alinhamento por *bridging*, acabam por comprometer o reconhecimento dos direitos para as pessoas, ainda que poucas pessoas se digam contra os direitos animais. A ausência de *bridging* representa o impedimento da comunicação, numa postura autoritária de imposição do quadro.

Para alcançar o reconhecimento dos direitos animais, uma causa com pouca visibilidade pública, o caminho ainda é longo, com possibilidades de muitas disputas de enquadramento no decorrer do trajeto. A disputa, no entanto, não significa obstáculo, mas condição para a qualificação do debate. A dimensão discursiva das lutas por reconhecimento revela o papel central da comunicação, aqui trabalhada como o diálogo dos grupos entre eles e com a sociedade.

#### REFERÊNCIAS

BEDFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. *Annual Review of Sociology*. v.26, p.611-639, 2000.

FRANCIONE, Gary L. Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro? Campinas: Editora Unicamp. 2013.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética. *Lua Nova*, São Paulo, v.70, p.101-138, 2007.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH; FRASER. Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange. London: Verso Books, 2003.

McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Comparative perspectives on social movements. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PRUDENCIO, Kelly. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. *Revista Compólitica*, v. 4, n. 2. Ago-dez, 2014. p 87-110.

SNOW, David A.; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v.51, n. 4, 1986, pp. 464-481.

TILLY, C. How to detect, describe and explain repertoires of contention. Texto não publicado, 1992.

WRENN, Corey L. Abolitionist animal rights: critical comparisons and challenges within the animal rights movement. *Interface: a journal for and about social movements*. 4 (2): 438-458. 2012.

#### REFERÊNCIAS

FRANCIONE, Gary. 2009. Some Thoughts on the Abolitionist Approach. *The Abolitionist Approach*. 2009. Disponível em: <<http://www.abolitionistapproach.com/some-thoughts-on-the-abolitionist-approach>>. Acesso em: 21 de fev. 2015.

INSTITUTO NINA ROSA. Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br/site/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015

NÃO MATE. Disponível em: <<http://www.naomate.org/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

SVB. A SVB. Disponível em: <<http://www.svb.org.br/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

SVB NÃO ME REPRESENTA. Depoimentos. Disponível em: <<http://www.svbnaomerepresenta.com/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.

VEDDAS. VEDDAS. Disponível em: <<http://veddas.org.br/>>. Acesso em: 02 de mar. 2015.